

junio 2004

Campanha para agriculturas sustentáveis e solidarias

Proposta comum elaborada pelas organizações:

de agricultores

Jeunes Agriculteurs / Confédération Paysanne / Chrétiens dans le Monde Rural (CMR) / Fédération Nationale d'Agriculture Biologique (FNAB) / Mouvement Rural de Jeunesse Chrétienne (MRJC) / Réseau Agriculture Durable (RAD) / Association de Formation et d'Information pour le développement des Initiatives Rurales (AFIP)

de solidariedade internacional

Coordination Sud / Centre de Recherche et d'Information pour le Développement (CRID) / Comité Français pour la Solidarité Internationale (CFSI) / Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement (CCFD) / Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques (GRET) / Afrique Verte / Agir ici pour un monde solidaire / Vétérinaires Sans Frontières-Centre International de Coopération pour le Développement Agricole (VSF-CICDA) / Fédération Artisans du Monde / Max Havelaar France / Solidarité / Peuples Solidaires

e proteção do meio-ambiente e do desenvolvimento sustentável

4D - Dossiers et Débats pour le Développement Durable / Les Amis de la Terre / Réseau Action Climat France / Réseau Cohérence

de consumidores

Action Consommation / Alliance Paysans Ecologistes Consommateurs / Confédération Syndicale des Familles (CSF)

Assinaram também

A l'écoute de la nature, Accueil Paysan, Adéquations, Action Information Ecologie 17, Association pour un contrat mondial de l'eau, ATTAC, CEIPAL, Collectif de l'éthique dans le sucre, Collectif Saône Doubs Vivant, Femmes et Changements, Fondation France Libertés, Initiatives de Développement Stratégique, Institut de Recherche et d'Application des Méthodes de Développement (IRAM), Mouvement pour le Droit et le Respect des Générations Futures (MDRGF), Mouvement National de Lutte pour l'Environnement (MNLE), Rapsode, Réseau Afrique Europe Foi et Justice.

Nos exigimos uma re-orientação imediata da Política Agrícola Comum (PAC) para que esta garanta e promova na Europa e no mundo :

- **O direito da soberania alimentária e respeito aos agricultores**
- **Preços justos e emprego para os trabalhadores rurais**
- **Uma alimentação sadia para todos**
- **Preservação do meio-ambiente e dos recursos naturais**

A reunião da Organização Mundial de Comercio (Cancun, setembro 2003) não prestou atenção na crise das agriculturas do mundo que exige uma reorientação radical das políticas agrícolas nacionais e regionais e também das regras do comércio internacional.

As 850 milhões de pessoas que sofrem da fome, cujo 600 milhões são camponeses, nos conduzem a renunciar um sistema comercial que provoca a queda e a destabilização dos preços agrícolas mundiais e que tolera a prática cara e injusta do dumping (venda dos produtos agrícolas nos mercados exteriores com os preços inferiores ao custo).

No Mundo inteiro, a busca do menor preço de produção e a ausência da boa regulação dos mercados, dominados por um pequeno grupo das firmas agroalimentarias, provocam o desaparecimento dos pequenos produtores, as dúvidas sobre a qualidade dos produtos agroindustriais e a degradação dos recursos ambientais (solos, água, biodiversidade, clima, recursos energéticos).

A PAC, elemento de integração europeia, que permitiu a melhoria da auto-suficiência alimentar dos quinze países, se encontra em uma viravolta histórica.

A reforma de junho 2003, prevista para se conformar com a liberalização económica promovida pela OMC, se tornou caduco pelo fracasso das negociações em Cancun. Além disso, ela não antecipa seriamente a entrada na UE dos 4,5 milhões de camponeses dos dez Países da Europa Central e Oriental, que vão acrescentar o número dos 6,5 milhões de camponeses da Europa dos quinze membros.

Nós afirmamos que uma PAC sustentável e solidária é necessária

O seu objetivo será a preservação dos empregos, a procura da resposta às reivindicações dos consumidores e dos cidadãos ligados à alimentação de boa qualidade, em coerência com os objetivos comunitários de cooperação e de solidariedade internacional, de ordenamento solidário dos territórios, saúde, preservação do meio ambiente e luta contra o aquecimento climático. Essa política agrícola deve ser orientada ao mercado europeu.

Nós, as organizações signatárias, representando vários atores da sociedade civil, atingidos por este dumping econômico, social, ambiental e sanitário, reclamamos :

☐ Preços agrícolas remuneradores e políticas sociais para a manutenção e a criação de empregos e atividades econômicas

A queda dos preços conduz a uma queda na renda dos produtores, e é uma das causas da insegurança alimentar e do êxodo rural nos países do sul. No Norte, ela incita os países a gastar cada vez mais para manter a renda dos produtores, sem que isso beneficie aos consumidores, nem à agricultura familiar. 200 000 produtores rurais desaparecem cada ano na Europa. 40% dos agricultores franceses tem uma renda inferior ao salário mínimo francês. Na Europa, depois de 10 anos, o preço do trigo no mercado interior foi dividido por dois. O frango europeu é vendido à 1,37 euros o quilo no mercado africano do oeste, sendo que o custo de produção é de aproximadamente 2,28 euros o quilo, uma situação que arruina os produtores locais.

- No Norte e no Sul, as políticas públicas e uma distribuição mais equitativa das rendas devem garantir a todos o acesso a uma alimentação sadia e suficiente.
- As rendas agrícolas devem basear-se em preços remuneradores, particularmente garantidos por uma proteção do mercado interno e por mecanismos de controle e distribuição dos volumes de produção. Somente os pequenos estabelecimentos rurais ou aqueles localizados em áreas desfavorecidas terão direito a subsídios diretos e complementos de renda. A repercussão encima dos consumidores será muito limitada em vista a proporção do preço pago ao produtor nas despesas dos consumidores para alimentação. O essencial do preço dos produtos é determinado pelas margens de lucro do atravessador.

☐ Políticas ambientais para a preservação do meio-ambiente e a produção de uma alimentação sadia para todos

Na Europa, os esforços realizados por camponeses a favor de uma agricultura sustentável, respeitosa do meio ambiente não foram bastante reconhecidos, nem incentivados pela PAC. Incentivando os modelos produtivistas, as políticas agrícolas se encontraram com as práticas poluentes e com a produção de alimentos de má qualidade.

- Regras estritas, em relação ao meio ambiente, devem ser colocadas e respeitadas por todas, com meios de controle e com sanções em caso de falta de aplicação. Além disso, as iniciativas voluntárias a favor da agricultura sustentável, dando as garantias reais aos consumidores, devem ser sustentados.

A reforma adotada em junho 2003 pela UE não corresponde aos seus objetivos. Ao invés de lançar as bases de uma política agrícola sustentável, ela acelera o processo já encaminhado do desmantelamento da PAC.

**Pedimos uma mudança da orientação imediata da PAC TOMANDO AS SEGUIN-
TES MEDIDAS COMO UM TODO E DE MANEIRA INDISSOCIÁVEL:**

- Colocação de preços remuneradores correspondendo ao menos ao custo médio de produção na UE, o trabalho dos camponeses incluído;
- Suspensão das ajudas diretas e indiretas à exportação;
- Proteção do mercado europeu frente às importações, negociações de acordos especiais com os países em desenvolvimento, dentro de um trâmite de solidariedade internacional e baseado em preços remuneradores para todas as partes;
- Controle das quantidades produzidas e ajustadas na demanda do mercado interior;
- Colocação da política de ordenamento sustentável dos territórios permitindo uma distribuição justa da produção em vista de preservar a atividade agrícola e rural em todas as regiões;
- Colocação de políticas para preservar o meio-ambiente e produzir alimentos saudáveis e acessíveis a todos.

Esta reforma da PAC permitirá à União Europeia de encontrar novas alianças e de favorecer a renegociação de um acordo agrícola da OMC a fim de progredir num processo que visa aumentar e estabilizar os preços agrícolas mundiais e também a generalização das práticas agrícolas respeitosas dos recursos ambientais e da saúde. Um novo acordo poderá se apoiar em:

- A regulação dos mercados internacionais, incluindo a proibição do dumping e o respeito do princípio da soberania alimentar;
- Novas modalidades do intercâmbio internacional dos produtos e dos mecanismos de estabilização dos preços agrícolas;
- Fortalecimento dos espaços regionais da integração e promoção dos intercâmbios no meio destes espaços.

A manutenção de uma política agrícola forte na UE somente se justificaria se a mesma for reformada para promover uma agricultura sustentável e não voltada à exportação de excedentes prejudiciais aos agricultores nos outros países. Além disso, uma PAC fundada sobre a procura dos preços remuneradores, poderá atribuir, com mesmo orçamento, uma parte maior dos recursos financeiros ao desenvolvimento rural equilibrado numa Europa ardeceda de 10 países. A UE poderia ter a legitimidade de reivindicar para ela e para os outros países, a colocação de mecanismos, particularmente financeiros, para proteger os seus agricultores, seu meio ambiente e a saúde de seus consumidores.

Nós, as organizações signatárias, estamos prontas, através de nossas ações de sensibilização da opinião pública e de nossos contatos com parceiros na Europa e no mundo, a apoiar os esforços da França e da UE para promover a emergência de uma agricultura sustentável, permitindo aos três bilhões de camponeses do mundo de viver dignamente do seu trabalho.

Para mais informações:

Visitar www.agricultures-durables-solidaires.org

O contatar Anne Laure Constantin (co-ordinator)

Tel: +33 1 44 83 63 42

E mail: plate-forme@agricultures-durables-solidaires.org

Direção postal:

PF agricultures durables et solidaires - C/O CFSI - 32 rue Le Peletier

75009 PARIS - FRANÇA